

Estudo reservado aconselha mudança nas negociações do País com bancos

BRASÍLIA — O Governo deveria negociar com os bancos credores uma redução do ritmo de diminuição da sua "exposure" (relação entre o nível de empréstimos e o capital próprio) com o Brasil. Essa é uma das idéias que estão sendo discutidas no Ministério do Planejamento para a renegociação da dívida externa, de acordo com documento que circula reservadamente.

O estudo constata que o objetivo central dos bancos credores, ao negar dinheiro novo, este ano, ao Brasil, é reduzir o seu comprometimento com países que estão excessivamente endividados. Em outras palavras, é reduzir a relação entre os empréstimos a países do chamado Terceiro Mundo e a base de seu capital próprio. Com essa diminuição, a posição contábil dos bancos ficaria mais segura e seria menos afetada com a possibilidade de interrupções bruscas no fluxo de recursos externos.

O estudo não contesta esse argumento e chega mesmo a considerá-lo como verdadeiro. Mas afirma que "o fundamental é discutir o ritmo em que esta redução de "exposure" relativa teria que ser realizada". O capital registrado dos bancos americanos, de acordo com os dados do Federal Financial Institutions Examination Council, tem crescido a uma taxa anual de mais de 13 por cento, no período de junho de 1982 a junho de 1984. Se esse crescimento se mantiver para o conjunto dos bancos credores até 1991, obtém-se um aumento da base de capital próprio de 136,9 por cento.

Com a renegociação plurianual que está sendo proposta ao governo brasileiro, que abrange créditos de US\$ 45,3 bilhões que vencem no período de 1985 a 1991, o estudo do Ministério do Planejamento prevê que a "exposure" relativa, definida

como a relação entre os créditos ao Brasil e a base de capital próprio dos bancos, terá sido reduzida em 63 por cento, na hipótese de ausência de novos empréstimos.

O documento mostra que a obtenção de pelo menos US\$ 3 bilhões de dinheiro novo, ainda em 85, permitiria a simples manutenção do valor real da dívida brasileira junto ao mercado bancário internacional e implicaria, ainda assim, na redução da "exposure" relativa dos bancos, "já que a sua base de capital próprio cresce a taxas superiores à inflação associada ao dólar".

O estudo do planejamento cita ainda os casos do Chile e do Equador, países que concluíram recentemente negociações com os bancos e que conseguiram dinheiro novo.

O Chile conseguiu cerca de US\$ 750 milhões e o Equador obteve cerca de US\$ 200 milhões. Os volumes de "dinheiro novo" a serem contratados com os bancos, em bases compulsórias, pelo Chile e Equador, representam cerca de quatro por cento e três por cento, respectivamente, de sua dívida externa total, segundo informa o estudo. No caso do Brasil, esse percentual equivaleria a cerca de US\$ 3 milhões.

O documento conclui que, "evidentemente, existe espaço para a obtenção de dinheiro novo dos nossos credores, e que não se justifica uma postura de negociação tímida ou omissa em relação ao assunto", para o estudo, "é "perfeitamente possível negociar uma redução do ritmo de diminuição da "exposure" relativa, sem inviabilizar a estratégia implícita dos bancos e sem impor unicamente ao devedor o pesado ônus associado ao ajustamento das contas externas".